

DESTAQUES DA SEMANA

Tecnologia da Informação

21 a 25 de outubro de 2024

Nesta Edição

- △ [Proteção de Dados](#)
- △ [Segurança Cibernética](#)
- △ [Inteligência Artificial](#)
- △ [PD&I](#)
- △ [Economia & Tributário](#)
- △ [Ambiental](#)
- △ [Internacional](#)
- △ [Administração Pública](#)
- △ [Consultas & Compras Públicas](#)
- △ [Nomeações](#)

Proteção de Dados

- **Relatora apresenta substitutivo ao PL que protege dado neural.** A deputada **Adriana Ventura** (NOVO/SP) apresentou [parecer](#) favorável, com **substitutivo**, ao [PL 522/2022](#) (*Regulamenta a proteção do dado neural*) na Comissão de Saúde (CSAÚDE). A matéria encontra-se pronta para inclusão na pauta deliberativa da Comissão. Após análise da CSAÚDE, será apreciado pelas Comissões de Comunicação (CCom) e de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC). Caso aprovado, o projeto será remetido para deliberação pelo Senado Federal – *salvo interposição de recurso para votação anterior no Plenário da Câmara*.
- **Vazamento de dados dispara 340% no Brasil.** No terceiro trimestre de 2024, o Brasil registrou o preocupante vazamento de **5 milhões de contas** de usuários online, um aumento alarmante de 340% em relação aos 1,1 milhão de contas violadas no trimestre anterior, conforme dados da Surfshark, uma empresa de segurança cibernética. Para contextualizar, o Reino Unido teve 8,3 milhões de contas comprometidas, enquanto os Estados Unidos lideram o cenário global com **93,7 milhões**, representando 22% das violações registradas no período. No total, 423 milhões de contas foram afetadas em todo o mundo, um crescimento significativo de 96% em comparação com os 215 milhões de contas vazadas no segundo trimestre. Esse aumento expressivo transforma a média de contas violadas em 3.261 por minuto, quase o dobro da taxa anterior de 1.662. Com informações de: [Convergência Digital](#)

Segurança Cibernética

- **Nova regra para escolha dos membros da sociedade civil no CNCiber.** Foi publicada no Diário Oficial da União (DOU) de terça-feira (22) a [Resolução CNCIBER nº 5/2024](#), que altera o regimento interno do Comitê Nacional de Cibersegurança (CNCiber) para estabelecer as regras relacionadas ao processo de escolha dos membros da **sociedade civil**. A medida dispõe que o processo terá início com a divulgação dos editais de convocação para que as entidades e as instituições apresentem candidaturas para as vagas disponíveis. Poderão participar: **entidades da sociedade civil** com atuação relacionada à cibersegurança ou à garantia de direitos fundamentais no ambiente digital; **instituições científicas, tecnológicas** e de **inovação** relacionadas à área de cibersegurança; e **entidades representativas do setor empresarial** relacionado à área de cibersegurança. As candidaturas devem indicar representantes titular e suplentes ao CNCiber, acompanhadas da documentação necessária, nas condições previstas nos respectivos editais. Além disso, os membros do CNCiber deverão avaliar as candidaturas, considerando: a **experiência** da entidade ou da instituição que fez a indicação nas temáticas de cibersegurança, políticas públicas ou assuntos correlatos; a representatividade setorial da entidade ou da instituição que fez a indicação; a experiência dos indicados, conforme as informações de seus currículos, nas temáticas de cibersegurança ou de políticas públicas correlatas; e a relevância das instituições apoiadoras da indicação, considerando sua experiência e representatividade nas temáticas de cibersegurança ou de políticas públicas correlatas.
- » Cada membro deverá escolher três candidaturas por vaga disponível, ordenando em lista única por prioridade. Se não houver candidaturas suficientes, as listas poderão ser incompletas. Membros do CNCiber que concorrem a vagas de um setor específico não poderão escolher candidaturas para aquele setor, para evitar conflitos de interesse. Destaca-se que as candidaturas são enviadas para **aprovação em reunião plenária**, e, após essa aprovação, são criadas **listas para cada setor**, com o número de candidaturas correspondente a três vezes o número de vagas. Em caso de empate, o Plenário decide a classificação final. Se houver poucas indicações, as listas podem ser finalizadas incompletas. As listas finais aprovadas são enviadas ao Gabinete do Ministro, que designará os novos membros antes da próxima reunião do Comitê.
- **Cibersegurança: Mais que agência reguladora, Brasil precisa de estrutura de governança.** Em um cenário de crescente preocupação com a cibersegurança, o Brasil apresenta a necessidade de uma estrutura de governança dedicada ao tema, conforme destacou **Leonardo Ferreira**, diretor de Privacidade e Segurança do Sistema de Gestão de Desempenho do Ministério da Gestão e Inovação. Durante a 2ª edição do Cyber.GOV, evento promovido pela Network Eventos em Brasília, Ferreira salientou que, embora o país já conte com instituições relevantes, como a Polícia Federal, o CERT.br e a Secretaria de Governo Digital, é imperativo desenvolver uma abordagem mais integrada e coordenada para enfrentar os desafios na área. Com informações de: [Convergência Digital](#)

- **Anatel: Datacenters e cabos submarinos têm de cumprir regras de cibersegurança.** A Anatel (Agência Nacional de Telecomunicações) ressalta que, embora as empresas de datacenters e de cabos submarinos não estejam diretamente sujeitas a todos os controles regulatórios do setor de telecomunicações, elas devem seguir as diretrizes específicas da agência voltadas para a segurança cibernética. Segundo **Gustavo Borges**, superintendente executivo da Anatel, a discussão sobre a inclusão de mais empresas sob essas obrigações já se arrasta há um tempo, especialmente no que diz respeito a organizações que possuem infraestrutura crítica ou que exercem um papel significativo no mercado. Com informações de: [Convergência Digital](#)

Inteligência Artificial

- **Relator apresenta substitutivo ao PL que trata de fraudes e golpes envolvendo IA na manipulação de imagem e voz.** O deputado **Duarte Jr.** (PSB/MA) apresentou **parecer favorável**, com **substitutivo**, ao [PL 390/2024](#) (*fraudes e golpes envolvendo IA na manipulação de imagem e voz*) na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC). A matéria encontra-se pronta para inclusão na pauta deliberativa da Comissão. Dentre outros, o substitutivo do relator propõe modificações significativas ao texto apresentado haja vista que diversos pontos da proposta já são objeto de regulação pela legislação em vigor. Após a deliberação terminativa pela CCJC, o projeto será encaminhado ao **Senado Federal** – *salvo se interposição de recurso para deliberação prévia pelo Plenário da Câmara dos Deputados*.
- **Funcionários já adotam IA mesmo sem diretrizes claras da empresa.** Até 2027, estima-se que 75% das empresas ao redor do mundo adotem ferramentas de **inteligência artificial** (IA) em suas operações, segundo projeções do Fórum Econômico Mundial. Este novo ciclo de IA, que começou em 2022 com o lançamento do ChatGPT, promete provocar uma transformação significativa no mercado de trabalho, influenciando tanto a capacidade de inovação das empresas quanto a formação de novas habilidades profissionais. Apesar das mudanças já estarem em andamento, muitas lideranças ainda podem não estar preparadas para enfrentar as novas dinâmicas entre trabalhadores e máquinas. Um relatório da Accenture, intitulado “Work, Workforce, Workers“, revela que **65% dos executivos de alto nível (C-Level) não dispõem do conhecimento necessário para explorar efetivamente o potencial de suas equipes na era da IA generativa**. Com informações de: [Valor Econômico](#)
- **Inteligência Artificial Generativa triplica gastos com datacenters.** Os gastos globais em tecnologia da informação (TI) devem alcançar **US\$ 5,74 trilhões** em 2025, o que corresponde a um crescimento de 9,3% em relação a 2024, conforme aponta a Gartner. De acordo com **John-David Lovelock**, vice-presidente de análise da empresa, atualmente, os investimentos em inteligência artificial generativa (GenAI) estão majoritariamente concentrados nas empresas de tecnologia que desenvolvem a infraestrutura necessária para essa tecnologia. A partir de 2025, os diretores de tecnologia da informação (CIOs) deverão intensificar seus investimentos em GenAI, superando apenas as provas de conceito. Contudo, apesar do aumento nos gastos, as expectativas dos CIOs em relação às capacidades do GenAI devem ser moderadas, diante

da realidade dos resultados que podem ser obtidos com os modelos técnicos disponíveis atualmente e das limitações dos dados sob gestão. Com informações de: [Convergência Digital](#)

PD&I

- **Semicondutores: MDIC debate oportunidades com Estados Unidos.** Na última quinta-feira (24), o vice-presidente da República e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, **Geraldo Alckmin**, se reuniu com a representante de Comércio dos Estados Unidos, **Katherine Tai**, para explorar oportunidades de colaboração no setor de semicondutores. O encontro, parte das atividades paralelas à reunião de ministros de Comércio e Investimento do G20 em Brasília, permitiu ao Brasil apresentar um panorama da sua produção nessa área, mencionando a existência de aproximadamente **15 empresas** dedicadas a tecnologias de *backend* e a inclusão de mais de **5 mil engenheiros** especializados em design. Alckmin enfatizou o interesse do país em integrar-se aos elos da cadeia global de produção de semicondutores, buscando uma parceria sólida com os EUA. Em resposta, Tai sugeriu a designação de um “*quarterback*” brasileiro, uma metáfora oriunda do futebol americano, para iniciar um diálogo efetivo sobre semicondutores e a cadeia de abastecimento de *backend*, visando estabelecer uma colaboração duradoura entre as duas nações. Com informações de: [Teletime](#)
- **Chamada pública investe valor recorde de R\$ 1,5 bilhão em Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia.** O Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) do Brasil anunciou uma nova chamada pública que alocará um investimento recorde de **R\$ 1,5 bilhão** para a criação e manutenção dos Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia (INCTs), com propostas sendo aceitas até **9 de dezembro**. Essa iniciativa, gerida pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), visa fortalecer a rede de 202 institutos existentes, apoiando, pelo menos, 100 deles nos próximos cinco anos. Os INCTs têm como objetivo desenvolver projetos científicos e tecnológicos complexos e de alto impacto, promovendo a cooperação internacional. A ministra **Luciana Santos** comemorou a magnitude da chamada, que representa um aumento de cinco vezes em relação ao investimento da edição anterior de 2022, e ressaltou a importância de integrar recursos de várias instituições para potencializar resultados nas pesquisas. Com informações de: [Convergência Digital](#)
- **BNDES aprova crédito recorde de R\$ 9 bilhões para projetos de inovação.** Os investimentos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) em projetos de inovação atingiram a marca histórica de **R\$ 9 bilhões** até setembro deste ano, com **R\$ 6,6 bilhões** provenientes do programa BNDES Mais Inovação, que aplica a Taxa Referencial (TR) atualmente em 0,81%. Este volume representa 6,5% das aprovações totais do banco, o índice mais elevado já registrado para o segmento. O presidente do BNDES, **Aloizio Mercadante**, enfatizou que investir em inovação é fundamental para posicionar o Brasil na sociedade do conhecimento e que a competitividade no mercado global exige políticas industriais voltadas à inovação, sustentadas por recursos públicos a custos acessíveis. Mercadante destacou o compromisso do governo do presidente **Lula** em reestabelecer o BNDES como um pilar para a indústria, enfatizando sua importância na geração de empregos qualificados e atração de investimento externo. Com informações de: [Agência Brasil](#)

Economia & Tributário

- **CCJ aprova plano de trabalho para regulamentação da reforma tributária.** A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado aprovou, na quarta-feira (23), o plano de trabalho para discutir o projeto de lei complementar ([PLP 68/2024](#)), que regulamenta a reforma tributária no Brasil. Sob a relatoria do senador **Eduardo Braga** (MDB-AM), a proposta prevê a realização de **11 audiências públicas e duas sessões temáticas** no Plenário antes da votação do texto. O senador expressou sua intenção de concluir a análise do projeto ainda este ano, ressaltando a importância de avançar sem pressa ou precipitações. Braga destacou que não permitirá retrocessos em políticas de desenvolvimento, especialmente nas regiões Norte e Nordeste, e reafirmou a importância da proteção ao Simples Nacional e à Zona Franca de Manaus. O relator também mencionou a necessidade de uma “trava” na carga tributária, prevista na Constituição, para evitar aumentos futuros de impostos e garantir a neutralidade da carga tributária sobre o CONSUMO. Com informações de: [Agência Senado](#)
- **Relator da reforma tributária quer votação até a 1ª semana de dezembro.** O senador **Eduardo Braga** (MDB-AM) manifestou, em sessão da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado, seu desejo de que a votação do projeto de regulamentação da reforma tributária ocorra até a primeira semana de dezembro. O legislador reconheceu a dificuldade em definir uma data exata, mas defendeu que a votação ocorra entre o final de novembro e o início de dezembro, permitindo que o texto seja enviado de volta à Câmara ainda este ano. Durante a reunião, Braga enfatizou a necessidade de um processo ágil, mas cauteloso, sem precipitações no trâmite da proposta. A CCJ, sob sua liderança, aprovou o plano de trabalho e dois requerimentos para que governadores e prefeitos sejam ouvidos sobre as repercussões da reforma em suas esferas. O senador sugere que as audiências sejam realizadas nos dias 4 e 5 de novembro, ou na semana seguinte, com o objetivo de obter um panorama mais amplo e contribuir com o debate sobre os impactos da proposta. Com informações de: [Poder 360](#)
- **Câmara deve concluir 2º texto da reforma tributária após Senado votar principal.** O presidente da Câmara dos Deputados, **Arthur Lira** (PP), adiou a conclusão da votação do segundo texto da reforma tributária, o [PLP 108/2024](#), até que o Senado delibere sobre o texto principal, o [PLP 68/2024](#). A decisão de retirar a urgência da votação, que ocorreu em 4 de outubro, foi uma solicitação do governo do presidente **Luiz Inácio Lula da Silva** (PT) em resposta a um pedido dos senadores e do presidente do Senado, **Rodrigo Pacheco** (PSD). Essa manobra gerou descontentamento em Lira, que expressou sua insatisfação. O [PLP 68](#), já aprovado na Câmara em julho, ainda aguarda análise na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado, onde será relatado pelo senador **Eduardo Braga** (MDB-AM). Com informações de: [Poder 360](#)
- **Empresas e MEI têm até dia 31 para regularizar dívidas com Simples.** As micro e pequenas empresas, assim como os microempreendedores individuais (MEI), enfrentam um prazo crítico até o dia 31 deste mês para regularizar suas dívidas com o **Simples Nacional**, um regime tributário destinado a pequenos negócios. Caso não consigam saldar suas pendências, elas

serão excluídas desse regime a partir de **1º de janeiro**. Os devedores têm opções para quitar as dívidas: é possível pagar à vista, utilizar créditos tributários para abater parte do valor ou optar pelo parcelamento em até cinco anos, incluindo juros e multas. O procedimento de parcelamento pode ser realizado por meio do Portal do Simples Nacional ou no Centro Virtual de Atendimento da Receita Federal (e-CAC), especificamente na seção “Parcelamento – Simples Nacional”. Para acessar essas plataformas digitais, os empresários devem contar com um certificado digital ou uma conta no [Portal Gov.br](#) nos níveis prata ou ouro. Além disso, aquelas empresas ou MEIs que discordam das cobranças e desejam contestar o Termo de Exclusão têm a opção de protocolar sua reclamação diretamente para o Delegado de Julgamento da Receita Federal via internet, conforme as diretrizes disponibilizadas no site do órgão. Com informações de: [Agência Brasil](#)

- **Adesão ao Desenrola Agências Reguladoras começa nesta segunda (21).** Começa na próxima segunda-feira (21) a primeira fase do programa Desenrola, destinado a renegociar dívidas com agências regulatórias e autarquias federais, com adesão aberta até **31 de dezembro**. A Advocacia-Geral da União (AGU) divulgou na última sexta-feira (18) o edital da Procuradoria-Geral Federal (PGF), que apresenta as diretrizes para os interessados em participar do programa. A expectativa é que o Desenrola arrecade cerca de **R\$ 4 bilhões** por meio dessas renegociações, oferecendo descontos que variam entre 5% e 70%, conforme o perfil do devedor, o tempo de inscrição na dívida ativa e as condições de pagamento. Os pagamentos podem ser realizados à vista ou em até **145 meses**, permitindo assim uma alternativa viável para aqueles que buscam quitar suas pendências financeiras. Com informações de: [Folha de S. Paulo](#)
- **Relatora é favorável à vedação da cobrança de taxa a provedores de aplicações por tráfego gerado na internet.** A deputada **Silvye Alves** (UNIÃO/GO) apresentou parecer favorável, com **emenda**, ao [PL 469/2024](#) (*vedação da cobrança de taxa a provedores de aplicações por tráfego gerado na internet*) na Comissão de Comunicação (CCOM). A matéria encontra-se pronta para inclusão na pauta deliberativa da Comissão, o que poderá ocorrer na próxima semana. Após análise da CCOM, o projeto ainda passa pelo crivo da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC). Caso aprovada, a matéria será remetida ao Senado Federal – *salvo se interporto recurso para deliberação anterior pelo Plenário da Câmara dos Deputados*.
- **MGI especifica produtos nacionais que serão objeto de margens de preferência nas licitações.** A [Resolução SEGES-CICS/MGI nº 4/2024](#), publicada nesta terça-feira (22), estabelece diretrizes para a priorização da aquisição de produtos manufaturados nacionais em licitações públicas, visando fortalecer a indústria local e garantir o desenvolvimento tecnológico no Brasil. A normativa determina a **aplicação de margens de preferência**, que serão obrigatórias nos editais e contratos das licitações da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. Os critérios de origem e qualificação dos produtos que receberão essas margens estão claramente definidos, com percentuais específicos que devem ser respeitados. Entre as categorias abrangidas, destacam-se máquinas e materiais elétricos, veículos e equipamentos para vias férreas, além de dispositivos de proteção de circuitos. A

resolução também inclui produtos farmacêuticos e vacinas, ampliando o suporte a áreas críticas como saúde e tecnologia médica. A vigência da resolução se inicia em 11 de novembro de 2024.

- **Governo envia projeto que permite que MPMEs do Simples apurem créditos de resíduos tributários da cadeia de produção de bens exportados.** O Presidente da República enviou ao Congresso Nacional a [Mensagem nº 1.337/2024](#), que contém um Projeto de Lei Complementar destinado a modificar a [Lei Complementar nº 123, de 2006](#). A proposta visa permitir que microempresas e empresas de pequeno porte, que optam pelo Simples Nacional, possam apurar créditos na situação de devolução total ou parcial de resíduos tributários que permanecem na cadeia de produção de bens exportados. Essa mudança é relevante no contexto econômico e tributário, especialmente para o segmento de pequenas empresas, que desempenham um papel crucial na economia brasileira e necessitam de condições facilitadas para enfrentar desafios financeiros.

Ambiental

- **Governo Federal e parceiros lançam Plataforma Brasil de Investimento Climático e para a Transformação Ecológica.** O governo federal brasileiro, em colaboração com instituições parceiras, apresentou na última quarta-feira (23/10) em Washington a [Plataforma Brasil de Investimentos Climáticos e para a Transformação Ecológica](#) (BIP, em inglês). Esta iniciativa visa facilitar o fluxo de investimentos internacionais em projetos que promovam o desenvolvimento sustentável no Brasil, com ênfase na transição ecológica e na mitigação das mudanças climáticas. O projeto é coordenado pelos ministérios do Meio Ambiente e Mudança do Clima, da Fazenda, de Minas e Energia, e do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, contando com o apoio de organizações como a Bloomberg Philanthropies, a Aliança Financeira de Glasgow para o Net Zero (GFANZ), o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e o Fundo Verde para o Clima (GCF). A ministra do Meio Ambiente, **Marina Silva**, destacou que a plataforma é um desdobramento da **Força-tarefa para Mobilização Global contra a Mudança do Clima**, uma inovação proposta durante a presidência brasileira do G20. Com informações de: [ASCOM MMA](#)

Internacional

- **BRICS defendem soberania digital e combate à desinformação.** Durante a Cúpula dos BRICS, realizada de 22 a 24 de outubro em Kazan, Rússia, os países membros Brasil, Índia, China e África do Sul expressaram suas preocupações sobre a crecente disseminação de desinformação e discurso de ódio em plataformas digitais. Em um mundo cada vez mais interconectado, os líderes do bloco enfatizaram a necessidade de afirmar a **soberania dos Estados** frente a esses desafios. Entre os compromissos estabelecidos, destacam-se a importância de desenvolver regulamentos que respeitem princípios fundamentais de liberdade de expressão, direitos humanos e liberdades democráticas. O foco recaiu sobre a integridade das informações e a necessidade de assegurar um acesso público a dados corretos e baseados em evidências. Além disso, a cúpula ressaltou o papel da **alfabetização digital** e midiática como

ferramenta essencial para garantir uma **conectividade significativa**, alinhada às legislações nacionais e internacionais pertinentes, permitindo assim que a população possa navegar de forma informada neste cenário tecnológico complexo. Com informações de: [Teletime](#)

- **Ministério das Comunicações participa de Conferência Internacional sobre avanços do 5G e 6G no Japão.** O Ministério das Comunicações do Brasil esteve presente na Conferência Internacional 5G/6G Special Day, realizada no Japão na quinta-feira (17). O evento, que começou às 10h30 no horário local, reuniu representantes de governos, empresários do setor de conectividade e operadoras de telefonia de diversas nações. O secretário de Telecomunicações, **Hermano Tercius**, participou da mesa de abertura e utilizou a oportunidade para discutir os avanços globais das tecnologias 5G e 6G. Durante a conferência, ele abordou as perspectivas dessas inovações no Brasil, além de ressaltar as iniciativas do ministério visando garantir um acesso de qualidade à internet para toda a população brasileira. Com informações de: [ASCOM MCOM](#)
- **Brasil assumirá presidência do Brics em 2025 após adiar por 1 ano.** Em 1º de janeiro de 2025, o Brasil retoma a presidência do Brics, grupo que reúne as economias emergentes da África do Sul, Rússia, Índia e China, após seis anos desde sua última condução. A nova gestão será pautada pelo tema “Fortalecendo a Cooperação do Sul Global para uma Governança mais Inclusiva e Sustentável”, com foco em questões urgentes como combate à fome, redução da pobreza e diminuição da desigualdade. O Brasil, que deveria ter assumido a liderança em 2024, adiou sua vez devido à presidência do G20, passando a vez à Rússia. A volta do país à liderança do Brics será uma oportunidade estratégica para discutir e implementar medidas que visem fortalecer a colaboração entre as nações do Hemisfério Sul, especialmente em um contexto de crescentes desafios globais. A tecnologia deve desempenhar um papel fundamental nessa nova fase, possibilitando inovações e soluções criativas para os problemas abordados. Com informações de: [Poder 360](#)
- **Viagem à China termina com visitas a empresas de tecnologia e possibilidades de investimentos no Brasil.** O ministro das Comunicações, Juscelino Filho, concluiu na quarta-feira (23) sua missão na China, onde, ao longo de duas semanas, estabeleceu diálogos com autoridades locais e representantes de empresas de tecnologia e pesquisa, visando atrair investimentos chineses para o Brasil. No último dia da visita, a comitiva ministerial, que incluía o secretário de Telecomunicações, **Hermano Tercius**, e o presidente da Telebras, **Frederico de Siqueira Filho**, visitou quatro empresas, principalmente aquelas já operando no território brasileiro. Dentre as visitas, destacou-se a HiteVision, que fabrica telas interativas focadas na educação. **Juscelino Filho** comentou sobre a importância da tecnologia na educação, mencionando que as interações digitais podem impulsionar a Estratégia Nacional de Escolas Conectadas, favorecendo o processo de digitalização das escolas públicas no Brasil. Com informações de: [ASCOM MCOM](#)
- **MDIC realiza encontros bilaterais para fortalecer parcerias de comércio e investimentos.** A presença de líderes internacionais em Brasília para as discussões sobre **Comércio e Investimentos no G20**, que ocorrerão entre os dias 21 e 24, representa uma chance significativa para o Brasil fortalecer suas relações comerciais. Com a realização de no mínimo 12 reuniões paralelas durante o evento, a agenda do vice-presidente e ministro do

Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC), **Geraldo Alckmin**, inclui nove compromissos que visam atrair novos investimentos para o país. O ministro ressalta que este é um momento ímpar para dialogar com parceiros estratégicos, com o objetivo de fomentar a **Nova Indústria Brasil** e aumentar a competitividade do setor. Com informações de: [ASCOM MDIC](#)

Administração Pública

- **Resolução da Anatel altera seu regimento interno e cria a Superintendência Executiva e prevê Planejamento Estratégico.** A Anatel (Agência Nacional de Telecomunicações) publicou a [Resolução nº 770](#) em 21 de outubro de 2024, que introduz importantes mudanças em seu Regimento Interno, destacando-se pela criação da Superintendência Executiva. Esta nova estrutura tem a função de coordenar as ações e alinhar as atividades das diversas superintendências da agência, assegurando o cumprimento das diretrizes estabelecidas no Plano Estratégico e no Plano de Gestão Tático. Além disso, a resolução institui a **Gerência de Planejamento Estratégico**, o que permitirá um monitoramento mais eficaz das tendências do mercado de telecomunicações. Essa gerência será responsável por desenvolver propostas que visem à superação de barreiras de acesso e à promoção das habilidades digitais entre a população. A normativa também prevê a **revogação de normas obsoletas** e a atualização das atribuições da ANATEL, que incluem a supervisão das obrigações de ressarcimento aos consumidores e a realização de estudos para identificar tanto oportunidades quanto desafios no setor de telecomunicações.
- **Anatel muda comando de quatro superintendências.** A Anatel, a agência reguladora das telecomunicações no Brasil, está promovendo uma reestruturação significativa em sua equipe de liderança, afetando quatro de suas nove superintendências. As mudanças, aprovadas pelo Conselho Diretor da agência na segunda-feira, 21 de outubro, resultam na nomeação de **novos superintendentes** e na realocação de alguns cargos. **Gustavo Santana Borges** assume a Superintendência Executiva, anteriormente chefiada por **Ana Beatriz Rodrigues**, que agora retorna à função de assessora na mesma superintendência. A Superintendência de Controle de Obrigações terá **Suzana Silva Rodrigues** como nova titular, substituindo Borges, enquanto **Otto Solino** assumirá o gabinete do presidente **Carlos Baigorri**, após chefiar o gabinete do conselheiro **Arthur Coimbra**, prestes a deixar a Anatel. A Superintendência de Fiscalização será liderada por **Gesiléa Fonseca Teles**, que vem da assessoria do conselheiro **Vicente Bandeira de Aquino**, com **Marcelo Alves da Silva**, agora assessor da SFI, continuando seus esforços contra a pirataria. Com informações de: [Teletime](#)
- **AGU aponta que Agências falham em novo ambiente.** Uma auditoria realizada pela Controladoria-Geral da União (CGU) revelou a necessidade de melhorias no gerenciamento de riscos por parte das **agências reguladoras federais** em relação aos projetos desenvolvidos em sandbox regulatórios. Esses ambientes experimentais, instaurados no Brasil em 2019 pela “lei de liberdade econômica”, permitem que empresas testem inovações sob regras mais flexíveis e em prazos determinados. No entanto, a CGU apontou falhas na análise prévia dos riscos associados a essas iniciativas, indicando uma falta de propostas de medidas preventivas

e mitigatórias para lidar com os possíveis problemas que possam surgir. Com informações de: [Valor Econômico](#)

- **Greve da TI federal compromete contratos e serviços.** O Sindicato das Indústrias da Informação do Distrito Federal (SINFOR/DF) expressou na quinta-feira (24), sua preocupação com a possibilidade de greve dos Analistas em Tecnologia da Informação (ATIs) do governo federal. Em ofício enviado à ministra da Gestão, **Esther Dweck**, o presidente do sindicato, **Carlos Jacobino Lima**, alertou que uma paralisação nas atividades desses profissionais pode comprometer seriamente a capacidade das empresas de tecnologia de cumprir suas obrigações contratuais com a administração pública. Lima destacou que a redução ou interrupção da produtividade dos ATIs resultaria em consequências adversas não apenas para as empresas, mas também para a sociedade em geral. Entre os principais riscos apontados pelo sindicato estão a manutenção de postos de trabalho, **atrasos em licitações** já programadas, **interrupção das compras públicas** e impossibilidade de prorrogação de contratos em andamento. Com informações de: [Teletime](#)

Consultas & Compras Públicas

- **GIPI abre Chamamento para habilitação de instituições da Sociedade Civil.** O Grupo Interministerial de Propriedade Intelectual (GIPI), presidido pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (MDIC), abriu o [Chamamento Público nº 1/2024](#), para habilitação de instituições da Sociedade Civil para participar das reuniões e atividades do GIPI pelo período de **dois anos**, referente ao mandato de 2024-2026. Para participar, a associação, entidade ou organização civil **deve**: estar constituída há mais de 5 anos; ser sediada no Brasil; possuir ao menos um especialista em propriedade intelectual entre seus colaboradores; e prever em seus objetivos estatutários a atuação em temas relacionados a propriedade intelectual, transferência de tecnologia, pesquisa e desenvolvimento ou inovação. No **ato de inscrição**, as instituições interessadas deverão: completar o [formulário eletrônico](#); enviar a Declaração de Cumprimento dos Requisitos devidamente preenchida e assinada pelo dirigente máximo da instituição (*nos termos previstos nos incisos I a VIII do art. 2º da [Resolução GIPI nº 5/2022](#)*); enviar cópia digital de todos os documentos comprobatórios (*previstos no art. 5º da [Resolução 5/2022](#)*), para o e-mail gipi@mdic.gov.br. O **resultado da análise das habilitações** será publicado até o dia 14 de novembro na [página](#) do GIPI.
- **Anatel abre consulta pública para revisar o RASA.** A Anatel abriu nova Consulta Pública nesta semana, a iniciativa visa coletar contribuições e sugestões da sociedade, até o dia **7 de dezembro** sobre o Regulamento de Aplicação de Sanções Administrativas (RASA), que foi instituído pela [Resolução nº 589/2012](#). Os interessados em contribuir devem utilizar o formulário eletrônico disponível no [Sistema Participa Anatel](#), um passo importante para **aprimorar a regulação e a supervisão das atividades no setor de telecomunicações**, refletindo um esforço da agência em tornar o processo administrativo mais transparente e colaborativo. Com informações de: [ASCOM ANATEL](#)

Nomeações

- **MGI dispensa coordenador-geral de privacidade.** O Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos (MGI) anunciou a [dispensa](#) de **Julierme Rodrigues da Silva** do cargo de coordenador-geral de privacidade, posição que ocupava na Diretoria de Privacidade e Segurança da Informação da Secretaria do Governo Digital.
- **MCTI designa integrantes de diferentes Comissões do Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia.** O Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) publicou a [Portaria MCTI nº 8.640/2024](#), que estabelece os membros das diversas Comissões Temáticas Setoriais do Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia.
- **Ministério da Fazenda dispensa Coordenador de Dados e Produtos e Transformação Digital.** Foi [exonerado](#) **Tiago Luiz Batista Maciel**, da função de substituto eventual do coordenador de dados, produtos e transformação digital, da Coordenação-Geral de Sistemas e Tecnologia da Informação, vinculada à Secretaria do Tesouro Nacional, no âmbito do Ministério da Fazenda (MF).
- **Defesa anuncia novo coordenador-geral de Infraestrutura e Serviços do departamento de TIC.** O Ministério da Defesa (MD) anunciou a nomeação de Francisco Carlos Sedenho para a função de Coordenador-Geral de Infraestrutura e Serviços do Departamento de Tecnologia da Informação e Comunicação, conforme a [Portaria de Pessoal SEORI/SG-MD nº 4.973/2024](#).
- **Gestão nomeia substitutos eventuais da SGD.** O Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos (SGD/MGI) designou **Luanna Sant'anna Roncaratti** e **Hudson Vinicius Mesquita** como substitutos eventuais do cargo de Secretário de Governo Digital, conforme a [Portaria de Pessoal SGD/MGI nº 12.320/2024](#).
- **MIDR define gestores de Segurança da Informação.** A [Portaria MIDR nº 3.419/2024](#) designou **Daniel Portilho Troncoso** e **Diego Menegazzi** para ocupar o cargo de Gestores de Segurança da Informação no Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional (MIDR).